

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ANTONIO CEZAR MIRALHA

A Indisciplina na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Francisco Pereira da Silva do 6º e 8º anos. Olhares Cruzados: O serviço de orientação pedagógica e a rede de atendimento e assistência social

São Borja

2016

ANTONIO CEZAR MIRALHA

A Indisciplina na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Francisco Pereira da Silva do 6º e 8º anos. Olhares Cruzados: O serviço de orientação pedagógica e a rede de atendimento e assistência social

Pesquisa como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Especialização em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito básico para obtenção do Título de Especialista em Políticas Públicas.

Artigo de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 / 04 / 2016.

Banca de Examinadores:

Prof. Doutor Edson Romário Monteiro Paniágua

Prof^a. Doutora Lisianne Sabedra Ceolin

Prof. Doutor Ronaldo Colvero

A Indisciplina na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Francisco Pereira da Silva do 6º e 8º anos. Olhares Cruzados: O serviço de orientação pedagógica e a rede de atendimento e assistência social

Antonio Cezar Miralha*
Orientador: Doutor Edson Romário Monteiro Paniágua**

RESUMO

Este artigo científico buscou conhecer o conceito de indisciplina escolar e conduzir um olhar diferenciado sobre essa questão. Os registros sobre a indisciplina que tem ocorrido na Escola Municipal José Francisco Pereira da Silva de Uruguaiana – RS, têm sido vistos como um problema que inviabiliza um melhor aproveitamento escolar. A fim de fazer uma análise dos casos registrados na escola, buscou-se conhecer a sua formação. Ao trazer esse conhecimento, descobriu-se que a comunidade que criou a escola é formada em sua maioria por pessoas preocupadas com o desenvolvimento educacional de seus filhos. Ao revelar o histórico da escola, pôde-se entender com um olhar antropológico, as pessoas envolvidas na sua criação. E a partir daí, compreender melhor as regras estabelecidas pela escola e comunidade e os atos de indisciplina. A pesquisa traz um comparativo entre as informações coletadas e as referências bibliográficas, que mostram a necessidade de revisar alguns conceitos relativos à indisciplina e a incapacidade de lidar com os limites em toda a comunidade. Todos os caminhos da pesquisa apontam a necessidade de melhorar a rede de atendimento e sua importância para garantir a melhor qualidade, além da permanência do aluno na escola.

Palavras-Chave: Indisciplina Escolar; Rede de atendimento; Orientação Pedagógica.

*Licenciado em História na Pontifícia Universidade Católica (PUC- Uruguaiana -1984). Formando em Especialização em Políticas Públicas- UNIPAMPA, Campus São Borja.

** Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – 2013). Possui graduação em História pela Universidade da Região da Campanha, (URCAMP – 1993); Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – 2003). Professor Adjunto dos Curso de Ciências Sociais – Ciência Política. Professor adjunto e Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UNIPAMPA, campus São Borja.

1 INTRODUÇÃO

A indisciplina tem sido vista e vivenciada no dia a dia de muitas escolas no país¹, apresentando-se muitas vezes como uma fonte de desânimo entre profissionais da área de

¹ Conforme dados obtidos no jornal on-line correio brasiliense, uma pesquisa realizada em 33 países, coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelou que, no Brasil, um professor gasta em média 20% do tempo em sala de aula para disciplinar os alunos, sendo a média internacional de 13%. O levantamento, feito com base no ano de 2013, rendeu ao Brasil o pior desempenho no ranking da pesquisa, com o maior índice de alunos problema. Contudo o resultado não é novidade, pesquisas anteriores observaram a degradação da relação entre alunos e professores devido a fatores como conteúdos aplicados, administração escolar, entre outros.

educação, principalmente quando é vista associada a situações de conflito na sala de aula. Além de se constituir como um problema, a indisciplina tem algo a dizer sobre a necessidade de avanços pedagógico e institucional. Portanto, trata-se de uma questão, a ser debatida e investigada amplamente. Atendendo a esta preocupação, o presente artigo traz uma reflexão sobre a indisciplina escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Francisco Pereira da Silva de Uruguaiana-RS, a percepção do serviço de orientação pedagógica e a rede de atendimento.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se como instrumental metodológico, leituras bibliográficas, de autores que tratam sobre a indisciplina na escola. Sendo que, para análise do índice de indisciplina, foram utilizados como amostragem, dos 488 alunos² e 26 turmas, uma análise das atitudes de 42 alunos dos 6º e 8º anos. A coleta de dados foi transcrita dos registros de livro atas, do serviço de orientação educacional e direção da escola.

A partir da coleta e da organização quantitativa dos dados, houve um aprofundamento do tema, através de fichamentos de textos, para posterior embasamento da abordagem qualitativa, identificando características, como: gênero, faixa etária e tipos de indisciplinas. Os registros dos livros atas que permitiram conhecer o atendimento e encaminhamento dos alunos envolvidos em ocorrências consideradas indisciplina.

Foram realizadas entrevistas com a orientadora educacional, responsável pelo acompanhamento dos alunos com envolvimento em ocorrências disciplinares, a assistente social do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)³ Boa Vista, com a profissional assistente social do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)⁴ do município de Uruguaiana, com a conselheira tutelar, que atende as ocorrências relativas a esse educandário. Com as entrevistas, procurou-se conhecer as técnicas utilizadas, pelos

² Esses dados foram obtidos junto a secretaria da escola e referem-se ao número de alunos matriculados em 2015.

³ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que atua como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por ter conhecimento e se encontrar nos territórios e ser responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

⁴ Unidade pública que oferta serviço especializado e continuado a famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres), em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas, etc.

profissionais para o atendimento aos alunos envolvidos em ocorrências indisciplinadas, na busca de analisar o funcionamento da rede de atendimento, sua existência e operacionalidade.

As entrevistas foram realizadas por um questionário, elaborado pelo autor e encontrado nos apêndices do artigo, com perguntas subjetivas, tendo como finalidade o conhecimento e a forma de abordagem aos atos de indisciplina e o elo com os profissionais que prestam serviço na rede de atendimento que poderiam ser facilitadores da aprendizagem.

Na observação dos dados e nas informações obtidas, podemos entender que é um grande desafio, para professores e equipe diretiva da escola, conviver com alunos indisciplinados. Encontrar uma resposta positiva para resolver o problema da indisciplina, educar e ensinar, tendo como estímulo ações hostis de alunos e seus responsáveis e conviver com a pressão diária de se ter bons rendimentos na aprendizagem é uma missão desafiadora.

A sistematização deste artigo, dá-se em três partes: a primeira aborda o histórico da escola municipal José Francisco Pereira da Silva, a segunda parte aborda uma revisão conceitual sobre a indisciplina escolar e a terceira evidencia a análise dos dados coletados na pesquisa.

2 HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA

A escola municipal José Francisco Pereira da Silva⁵ teve sua fundação em 11 de março de 1961, sob o Decreto de Criação 78/74. A criação se deu quando Hermes da Silva, morador das redondezas e empregado de um armazém, observou que havia a necessidade da construção de uma escola, possibilitando fornecer educação escolar no próprio bairro, onde havia grande quantidade de crianças⁶. De acordo com pessoas que testemunharam a criação, nos primeiros anos, a Escola Municipal José Francisco Pereira da Silva, funcionou na casa de Maurício

⁵ José Francisco Pereira da Silva, nasceu em Uruguaiana, em 11 de abril de 1929, formou-se bacharel em História Natural em 1952, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Em razão de seu legado a favor da educação e estima à comunidade escolar, seu nome foi escolhido para dar nome a esta instituição de ensino.

⁶ Até meados do ano 1930, o local da futura sede da escola era às vezes habitado e outras desabitado. A ocupação se deu por motivos econômicos visto que o comércio no rio era intenso, ora por questões sociais, uma vez que a população da cidade crescera consideravelmente na década de 1940 em função da construção da Ponte Internacional. As frequentes cheias do rio Uruguai promoveram correntes de migrações das regiões inundáveis para locais próximos. Parte do atual bairro “Nova Esperança” sofreu forte influência dessas correntes migratórias. Na década de 1950 o local recebe uma soma considerável de pessoas provenientes da zona ribeirinha. (Conforme histórico produzido por alunos da Unipampa,)

Bagestério, que emprestou duas peças de sua residência, para o funcionamento das duas primeiras salas de aula, que comportavam quatro turmas em dois turnos, manhã e tarde.

O primeiro nome utilizado para a Escola Municipal José Francisco Pereira da Silva foi Manoel Viana, o nome do bairro, à época, era Nossa Senhora de Lourdes⁷, em razão de haver no local, à frente de uma casa, a imagem da Nossa Senhora de Lourdes onde os moradores se reuniam para rezar.

No ano de 1961, foi construído o primeiro prédio para o funcionamento da escola. O prédio de madeira tinha cor verde. As primeiras professoras que lecionaram na Escola Municipal José Francisco Pereira da Silva foram Catarina Azambuja, Wilma Bastos e Hermínia Cabezzudo. A diretora, indicada pela prefeitura, foi a senhora Erondina Lima. No ano de 1987, houve a construção de outro prédio no local, em alvenaria, com mais salas de aulas, o que favoreceu a abertura de mais vagas para novos alunos, já que a população do bairro aumentava cada vez mais.

A escola é de ensino fundamental e tem como objetivo o desenvolvimento da capacidade de aprender, priorizando o domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico, valorizando o aluno e proporcionando orientações necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades de forma reflexiva, sistematizada e participativa, preparando o para viver e conviver em sociedade.

Atualmente, a escola conta com treze salas de aula, em um prédio de dois andares, vinte e seis turmas, aproximadamente quatrocentos e oitenta e oito alunos, quarenta e seis professores, dezesseis funcionários e três estagiários. Tem refeitório, sala de recuperação, sala de informática, quadra de esportes ampla e coberta, biblioteca, laboratório de ciências, sala de recursos, sala de vídeo, rampa de acessibilidade, mesas e banheiros para cadeirantes⁸. A escola observa os mais elevados princípios e padrões éticos, dando exemplos de solidez moral, honestidade e integridade.

⁷ A casa escola ficava localizada à rua Marechal Deodoro da Fonseca, situado atualmente à rua Eustáquio Ormazabal, hoje bairro Nova Esperança. (Dossiê Antropológico, 2012)

⁸ A Escola Municipal José Francisco Pereira da Silva, recebe alunos de inclusão desde o ano 2002, após a Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, a qual, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. (Histórico realizado em 2012)

A escola municipal José Francisco Pereira da Silva, tem como responsabilidade social exercer a cidadania, contribuindo, por meio da educação, para o desenvolvimento da sociedade e respeito ao meio ambiente. Como qualidade usa a estimulação, a inovação e a criatividade de forma planejada e integrada, buscando resultados excelente e respeito à diversidade, zelando pelos valores as diferenças individuais no âmbito escolar, social e familiar.

A filosofia da escola está alicerçada nos princípios de liberdade, responsabilidade e solidariedade humana, buscando o resgate dos valores éticos e morais como elementos significativos na formação da cidadania plena. Tendo como lema a missão de proporcionar uma educação de qualidade, que garanta o sucesso para todos os estudantes, através da excelência do ensino e na aprendizagem de valores éticos e morais. A escola almeja ser vista como uma instituição que desenvolve as potencialidades dos educandos, através do trabalho integrado com as leis que regem o ensino.

No marco doutrinal do Projeto Político Pedagógico⁹ (PPP 2015), encontra-se bem clara a concepção da ética desenvolvida pela escola a respeito à educação e sociedade. No documento, está escrito que a escola passa a ver o cidadão como um ser, que evolui e cresce. Ainda, está escrito que a escola entende que os seres humanos estão sempre diante da necessidade do possível e que necessitam fazer escolhas e, nesse ato de escolher, está implícita a existência da liberdade e a possibilidade de fazer escolhas e entender que é possível mudar as condições materiais em que estamos inseridos, melhorando nossa relação com a natureza e demais fatores sociais. O acesso e a permanência na escola levam a formação de indivíduos livres e responsáveis, respeitando ao ser humano, suas diferenças, a liberdade de expressão e a construção de conhecimento no crescimento qualitativo e realização pessoal.

Em março de 2008 foi estruturado o Projeto Político Pedagógico da escola e em 2015 reformulado, onde se lê que,

A metodologia da escola é adotar uma prática educacional direcionada a construção do conhecimento de forma dinâmica e significativa, a partir das vivências dos alunos e suas realidades, enfatizando as habilidades da leitura, escrita e raciocínio lógico matemático. Também é dada atenção especial às habilidades que tenham significância para os alunos, que possam ampliar sua visão de mundo. (P.P.P.2015.)

⁹ O Projeto Político Pedagógico, define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade.

Portanto pode-se observar que o Projeto Político Pedagógico da escola está muito bem embasado, construído, em prol da qualidade educacional, porém, existe uma fragilidade no trato da indisciplina na escola, dificultando a dinâmica e plenitude das ações pedagógicas.

3 A INDISCIPLINA ESCOLAR

Indisciplina escolar é toda atitude contrária as regras de convivência, que fere as normas do regimento interno com a concordância da comunidade escolar. Pode se afirmar que a indisciplina é a transgressão de regras morais e ou convencionais, de uma determinada sociedade.

Conforme Silva,

A indisciplina foi considerada a grande praga no final do século passado para a educação brasileira e a violência seu efeito mais nefasto. Evidentemente, o problema continua, e a tal ponto que passa a ser visto como um produto de uma doença nome pomposo chamada hiperatividade. Tanto é ...que se houve falar pouco em indisciplina e a violência escolar. Na verdade, a moda agora é dizer que determinadas crianças e adolescentes são hiperativos. A situação [...], chega a ser tão preocupante que frequentemente, pais têm sido chamados (quando não convocados) a comparecer à instituição em que seu filho estuda, a fim de escutar o veredito da hiperatividade e a solicitação do encaminhamento ao neurologista e de emprego de medicamentos. O seu filho afinal deve ter algo na cabeça que o impede de ficar quieto em sala de aula [...]. (SILVA, 2012. p.113).

Para Silva (2012, p. 114) o emprego e a cientificação da hiperatividade podem ser questionados, dando a entender que o termo pode servir para inocentar a instituição escolar, a sua política educacional, na tentativa de camuflar a falta da disciplina entre os alunos na escola. Cabe aqui dizer que fica mais fácil ao profissional da educação acreditar que o aluno que não fica quieto em sala de aula é um hiperativo e não com carência de limites.

Diariamente observa-se na escola comportamentos utilizados pelos alunos, que fogem às regras, como o empurra-empurra nos corredores, jogos de lutas. Essas formas de comportamentos, dificultam a compreensão e interpretação do que é brincadeira e o que é agressão. Atitudes inadequadas que acabam por provocar a indisciplina. Sabe-se que o comportamento indisciplinar depende muito das convenções, regramentos e condutas que a comunidade aceita como normais.

Acontece com bastante frequência, a intervenção de ocorrências, que para os professores e funcionários parece ser agressão. Entretanto, quando é feito a intervenção, os alunos alegam que estavam brincando. Como exemplo temos o cumprimento do homem do campo que usa o aperto de mãos com a batida no ombro, como se estivessem agredindo.

Conforme Silva,

Piaget (1932/1994), ao investigar o juízo moral das crianças, verificou que a moral no indivíduo se desenvolve quantitativa e qualitativamente. Para isto, contudo, é necessário que o organismo amadureça e interaja com os objetos físicos, com as outras pessoas, seja submetido a um processo educativo e constantemente se adapte e se desadapte ao seu meio físico e social. (...)Piaget descreve o desenvolvimento moral para, assim, evidenciar a relação desta teoria com a indisciplina e a violência nas escolas. (SILVA, 2012, p.118).

Cabe aqui dizer que as regras morais¹⁰ são construídas socialmente e visam o bem comum, ou seja, em princípios éticos, como exemplo, não xingar e não bater, podem ser interpretadas de maneiras diferentes, dependendo da cultura onde o indivíduo está inserido. São regras convencionais, definidas por um grupo e tem objetivos específicos em comum. Como exemplo, o uso do celular ou a conversa em sala de aula. Esse tipo de regra pode variar de acordo com a escola e com o momento.¹¹

No ambiente da sala de aula, ou em uma atividade cultural realizada, em visitação ao museu, pesquisa de campo, no pátio da escola, teatro, cinema, ou em outro ambiente de estudo, que exija atenção, raciocínio lógico, concentração, qualquer tentativa de criar no ambiente de trabalho brincadeiras, confusões, brigas, conversas despropositadas, se não forem administradas pelos educadores, poderá prejudicar o aproveitamento cognitivo coletivo, e se transformar em indisciplina. As pessoas que rodeiam o aluno, mais propriamente as pessoas da família, influem muito no seu comportamento, portanto os pais são os primeiros educadores. A extraordinária influência dos que quotidianamente tratam com os alunos reflete se em muitos dos atos praticados por eles.

Conforme Silva (2012, p.121), a autonomia ocorre a partir dos nove anos de idade, sendo plenamente capaz de entender e identificar o que é certo ou que é errado, segundo a sua própria razão. A criança não precisa do adulto como referência para tomar decisões. Portanto, pode se afirmar que a criança iniciava o ciclo escolar com seu senso da razão completo, formado pela célula primeira da sociedade, a família. Na contemporaneidade o ciclo escolar inicia aos quatro anos de forma obrigatória, oportunizando as crianças um regramento escolar mais cedo, e uma melhor adaptação ao uso de regras.

¹⁰ Não mentir é um exemplo clássico de regra moral. O princípio ético em jogo, nesse caso, é a honestidade.

¹¹ Conforme artigo da Biblioteca virtual da URCAMP de Telma Vinha, professora, que faz parte do Grupo de Pesquisa: LPG - Laboratório de Psicologia Genética da Unicamp, um erro comum nos regimentos escolares é situar regras morais e convencionais num mesmo patamar. "As morais merecem mais atenção", E as convencionais estão mais ligadas ao andamento do trabalho. Ao distingui-las, você será capaz de interpretar melhor uma transgressão e, assim, encaminhá-la adequadamente. (Biblioteca Virtual URCAMP, 2012)

VASCONCELLOS (1995, p.37) informa que, “questão da disciplina é bastante complexa, uma vez que um grande número de variáveis, influenciam o processo de ensino aprendizagem. No entanto, apesar dessa complexidade, a verdade é que há um consenso sobre o fato de que **sem disciplina não se pode fazer nenhum trabalho pedagógico significativo**[...]” pois o aluno considerado indisciplinado na ânsia de participar e dar sua opinião muitas vezes usa um vocabulário considerado desapropriado ou o tom de voz alta, não aceita opiniões contrárias às suas. Para que não ocorra a indisciplina no planejamento o professor deve estar contemplando habilidades do saber ouvir, para que o processo de ensino-aprendizagem seja qualificado.

A disciplina pode ser entendida diferentemente segundo a tarefa do mestre é considerada como de puro ensino ou de educação e segundo o aluno é considerado como uma simples inteligência a guarnecer de conhecimentos ou como um ser a formar para a vida. (VASCONCELLOS,1995, p.37, grifo do autor apud WALLON, 1979, p. 367).

Portanto, alunos participativos, questionadores, mas com ansiedade acentuada não “educados” a ouvir, causam agitação na sala de aula, podem atrapalhar o educador. Conforme Vasconcellos, (2009, p.92), “[...] o que estamos almejando em termos de disciplina escolar é conseguir as condições de trabalho coletivo como resultado da capacidade do sujeito de se auto governar, auto reger-se, autodeterminar-se, autoproduzir-se[...]”.

Em vista disso, o profissional da educação deve buscar outras metodologias, que estejam desvinculadas das tradicionais exposições dialogadas, extensas e cansativas, onde os alunos distribuem -se um atrás do outro, linearmente, e optarem por uma metodologia que contemple atividades em grupos, rodas de conversa e seminários.

Mesmo que o tempo disponibilizado para os conteúdos fique reduzido, um dos objetivos estará alcançado, que é o de educar para ouvir, como exige todo processo que quer ser democrático, que busca a qualidade, onde saber ouvir e falar faça parte da didática usada e aproveitar a participação e o questionamentos como virtudes e não como atos indisciplinados.

3.1 O método disciplinar jesuítico no Brasil

Na idade média, motivado pelo ‘movimento reformador’¹² liderado por Martinho Lutero, a Igreja católica, com seus preceitos, tradições e abuso de poder, aos poucos perdia os

¹² O movimento reformador significou uma brecha importante na superestrutura feudal, uma vitória contra o papado, quebrando o seu monopólio, baseado na salvação pela fé e no abandono da concepção da superioridade da igreja sobre o Estado. Lutero preconizou a sua submissão, influenciou sobremaneira a nova concepção de Estado que se formava. (BITTAR, p.230 ,2011)

privilégios na Europa. Como forma de reação ao luteranismo, e neste contexto, surge a Educação através da Companhia de Jesus, desenvolvidas nesta época nas catedrais e mosteiros. O objetivo era formar recursos humanos para a igreja, sendo os próprios padres os professores.

A partir do século XVI, os alunos foram agrupados por séries, quando é criado o conjunto de regras destinadas a uniformizar horário, currículo e método de ensino, denominado Ratio Studiorum. O movimento renascentista, ao defender o ensino laico, através das ciências humanas, começa a questionar a igreja católica. Marisa Bittar (2011 apud Franca 1952, p.16) comenta que os padres das centenas de colégios espalhados pelo mundo concluíram pela “necessidade de um código de ensino que impusesse com a autoridade de uma lei e assegurasse a semelhança e a uniformidade de orientação da crescente atividade educativa da Ordem”

Portanto, educar com um código de leis, para uniformizar condutas, pode ser um meio para se estabelecer limites e transmitir conhecimentos que sirva de instrumento normalizador. As práticas pedagógicas jesuíticas premiavam ou puniam o desempenho do aluno, baseavam-se na honra ao mérito para o melhor desempenho e a punição para o baixo rendimento.

Já nesse tempo, as questões do aproveitamento e da indisciplina eram entregues a um corretor, que recebia orientação do prefeito de Estudos. Evidencia-se nesta situação, que a Companhia de Jesus¹³, através de seus professores, não assumia a responsabilidade pelas condutas de indisciplina de seus alunos, repassando a outros o ônus da tentativa de educar.

Neste contexto, encontramos na prática jesuítica a educação garantida pela coerção de uma lei, que castiga quando erra e honra com mérito, quando o aluno acerta. Tanto na realidade jesuítica como na contemporânea, não há preocupação com o contexto pessoal, econômico-social dos sujeitos que compõem a família do indivíduo.

4 A ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA E A PERCEPÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR

O regimento interno da Escola José Francisco Pereira da Silva estabelece as normas, as quais são norteadoras entre o corpo discente e docente da escola. Essas normas são apresentadas aos pais e alunos, todo o início de ano letivo. São trabalhados para os alunos durante as aulas e

¹³ A Companhia de Jesus, criada em 1540 no contexto das disputas religiosas entre reformadores e defensores da obediência ao papado, desde a sua fundação começou a se destacar no campo da educação, de tal forma que na segunda metade do século XVI os seus colégios já se espalhavam por toda a Europa. (BITTAR, p. 226, 2011)

através de palestras. Portanto, cabe dizer que toda a comunidade escolar conhece as regras estabelecidas.

Porém, a indisciplina acontece diariamente na escola, com um número muito expressivo de atitudes que requerem cuidados especiais, para que não se perca o controle da organização, e o bom desempenho das atividades da escola. Com a concepção contemporânea da dinâmica de trabalho cooperativo e em grupos, haverá mais agitação e a aula parecerá mais bagunçada. Cabe ao professor mediar e democratizar as falas, priorizar o exercício da democracia, pois o aluno vai sentir a necessidade de fazer silêncio naturalmente, se for feito um bom planejamento para as atividades desenvolvidas.

As atividades planejadas e realizadas sem pressa, rica em detalhes até ao acabamento final, tais como: Construção de maquetes, painéis com recortes de gravuras, aumentam a capacidade de concentração, cooperação, estimulam as múltiplas habilidades de todos os alunos diminuindo as ocorrências de indisciplina.

Silva afirma que,

A influência da cultura produtiva artesanal, segundo a autor, proporcionaria um ambiente em sala de aula, voltado para os interesses coletivos, com raízes culturais de longa duração, acumulados lentamente durante várias gerações, em um ambiente natural, formativo, sem pressa, estrategicamente elaborado para ultrapassar dificuldades, desenvolvendo múltiplas habilidades, através de raciocínio complexo e descontínuo. (SILVA, 2011, p. 83)

Envolver a família, nas atividades com material didático concreto, estimula a prática cooperativa familiar, além de aproximar a comunidade da escola, porque observa-se que há uma lacuna, entre a família do aluno e a escola que poderia ser preenchida com o acolhimento das famílias, no intuito de desvendar possíveis situações de vulnerabilidade, que possa estar refletindo no comportamento do aluno e no cometimento da indisciplina. A oferta de serviços que possibilitem garantir direitos, o investimento em outros profissionais, tais como, os do serviço social e da saúde, através da criação de uma rede de atendimento, poderia ser a alternativa para resolver a indisciplina em sala de aula. Silva, informa que,

A consequência da desqualificação é sentida na agitação do educando e na consequente indisciplina escolar. Segundo o autor, a característica do trabalho artesanal identifica-se e proporciona a construção do conhecimento, por ser um processo lento, não dispensa etapas, vai construindo o conhecimento, levando em consideração o passado e sempre está aberto para questionar o que se produz. O tempo é assimilado em ritmo lento, bem pensado e profundamente analisado, requisitos também necessários para a educação formal com qualidade. (SILVA, 2011, p. 78-79).

Na escola, os setores responsáveis pelas ocorrências de indisciplina são a direção da escola e a orientação escolar, que compõem a equipe diretiva. Quando é observada a indisciplina cometida pelo aluno, se for dentro da sala ou fora da sala de aula, o aluno é conduzido pelo professor ou funcionário que presenciou a ocorrência, até a sala de serviço de orientação educacional, após o encaminhamento, será relatado o ocorrido.

Logo após, o aluno é questionado em relação as suas atitudes, em um diálogo, onde ele apresenta a sua versão dos fatos. Quando houver necessidade, serão chamados ao diálogo outros alunos envolvidos na ocorrência. A partir da audição ao aluno, a orientadora decide qual a medida a ser tomada, entre elas, a advertência do aluno, aviso de comparecimento aos responsáveis na escola, diálogo de mediação entre professor e aluno.

Quando os pais ou responsáveis forem chamados à escola, a equipe diretiva faz a convocação ao professor que presenciou a ocorrência para o atendimento à família e se for o caso, encontrar a solução para o problema com a orientação e direção. Nos casos em que existe, a reincidência, ocorre o encaminhamento ao conselho tutelar.

Durante a análise das atas de registro das ocorrências dos atos disciplinares na escola José Francisco Pereira da Silva, constatamos vários registros de um mesmo aluno. Todas as vezes que houve registros a família ou responsável foi chamado na escola e nunca compareceu. O aluno, aqui identificado por 02M, soma 12 ocorrências de agressões físicas e envolvem, 17 colegas, conforme levantamento feito nos livros de ata do serviço de Orientação Educacional e Direção da Escola.

Na análise dos demais registros de atas, 2M é citado trinta e quatro vezes, com envolvimento direto ou indireto em ocorrências disciplinares, até o dia doze de agosto de dois mil e quinze. Cabe aqui informar que o ano letivo inicia nos primeiros dias de março, tendo um intervalo de férias de quinze dias no mês de junho. Nessa perspectiva nos parece ineficaz o registro no livro ata do serviço de orientação educacional, tendo em vista que os registros deveriam servir como base de soluções dos casos de indisciplina.

As intervenções feitas no âmbito escolar mostraram-se ineficazes para sensibilizar o aluno e a família, não tendo uma resposta positiva para cessar as atitudes agressivas, inoportunas de 2M. Observando as avaliações obtidas das Habilidades do Ensino Fundamental, Relatório - Anos Finais - 2015, Contidas no relatório de 2015, o aluno provavelmente aprovará

para o sétimo ano, porém com um rendimento abaixo do esperado, sendo que na turma onde se encontra o referido aluno, o rendimento se apresenta da mesma forma.

Os registros de indisciplina são feitos, mas o aproveitamento e os resultados refletidos nas avaliações são baixas, e não se tem nenhum estudo de acompanhamento, de intervenção, pelos profissionais da rede de atendimento. Conforme Ratto (2007, p.194) “[...]os livros de ocorrência funcionam em um contexto disciplinar marcado pelo significativo sucesso escolar na resolução de problemas [...]”. Não há devolutivas do conselho tutelar para a escola, inexistindo um trabalho de acompanhamento da família pelo serviço de assistência social, sendo que na maioria das vezes, os casos de falta de disciplina não chegam ao Serviço de Proteção Social Básica no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

A saber,

A resolução aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social, nº 33, anexo I, artigo. 1º A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Parágrafo único. A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. (BRASIL,2012)

Esse conhecimento, nos leva a afirmar que existem em funcionamento políticas públicas criadas para o atendimento às famílias em situações de vulnerabilidade social, políticas que são primordiais no atendimento com primazia dos direitos de proteção aos alunos e aos familiares que fazem parte do núcleo escolar. Podemos constatar, pela morosidade, ou não realização de serviços a falha da rede de atendimento aos alunos.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o Serviço de Atendimento Integral a Família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho social continuado do PAIF deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. (BRASIL, 2009).

O vínculo do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) com a escola está muito aquém do esperado, falta na escola a inclusão do assistente social para fortalecer a articulação na rede e o elo entre a assistência social e a educação. A política pública, do Bolsa família, do governo federal, tem como condicionalidade, a frequência mínima de 85% de frequência escolar, buscando a não evasão. O aluno não precisa ter aproveitamento mínimo para manter se dentro da política pública. Quando a família recebe o benefício a única condição é o aluno estar matriculado e ter 85% de frequência escolar.

O programa de renda mínima, que tem sido em muitos países um apoio à questão do emprego, no Brasil vem ganhando nítido contorno de apoio ao processo educacional das crianças. Com a inexistência de uma digna política de salário-família, a maioria dos projetos de lei em curso, bem como as experiências já implantadas, têm vinculado o acesso ao benefício desde que a família tenha filhos e, na maioria das propostas, que estejam em idade escolar. (YAZBEK, 2004, p .48)

Não há mecanismo algum que garanta o uso da verba para o benefício do aluno, para que realmente ele possa comprar material escolar, por exemplo. Outra falha que se vislumbra é em relação ao encaminhamento de casos ao conselho tutelar, pois existe uma margem de tempo muito grande em relação a demora no processo judicial, o que faz com que o ano letivo termine sem que se tenha uma resposta positiva em relação ao aproveitamento efetivo do aluno. Em todos os casos pesquisados e observados em atas de ocorrência na escola, o processo de indisciplina estende se por todo o ano letivo.

No processo entre a ocorrência da indisciplina e o registrado no serviço de orientação pedagógica, o caso passa pela equipe diretiva, onde a família é comunicada, o conselho tutelar acionado e por último, a promotoria e juizado, observa-se todos os registros necessários exigidos pela legislação. A exigência do promotor e do juizado é a permanência do aluno na sala de aula. A situação econômica dos alunos onde o serviço social não está presente o serviço social, a situação de saúde, o que está interferindo na melhor aprendizagem, não são motivos de investigação pela rede de atendimento.

Os profissionais da educação cumprem com as prerrogativas legais, os alunos permanecem na escola, pela condição coercitiva imposta, sem que se possa intervir nas condições sociais que vivem.

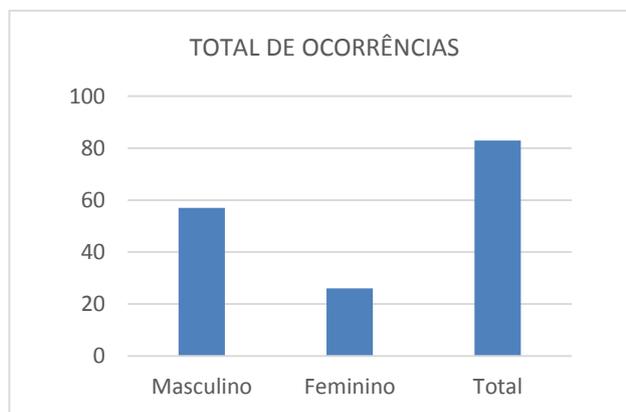
4.1 Tipos de Indisciplina que se apresentam na Escola Municipal José Francisco Pereira da Silva

Os registros nos livros e cadernos de ocorrências de indisciplina das turmas sexto ano laranja e oitavo ano azul, usados pela equipe de serviço de orientação educacional, se referem a atitudes consideradas inadequadas na escola, com maior quantidade de ocorrências, tais como: gestos obscenos, brincadeiras fora de hora-aula, esconder material de colegas, fazer ou promover intrigas e desavenças, perturbar colegas que realizam atividades na escola, negar se a fazer atividades escolares, danificar patrimônio da escola, agressão física a colegas, agressão verbal a professores e colegas, desrespeito a funcionários, professores e colegas.

Foram oitenta e três ocorrências, envolvendo cinquenta e sete do sexo masculino e vinte e seis do sexo feminino. Nas atas, estão registrados todos os alunos envolvidos em situações

identificadas como fora do padrão, das turmas sexto ano laranja e oitavo ano azul, do ano de dois mil e quinze.

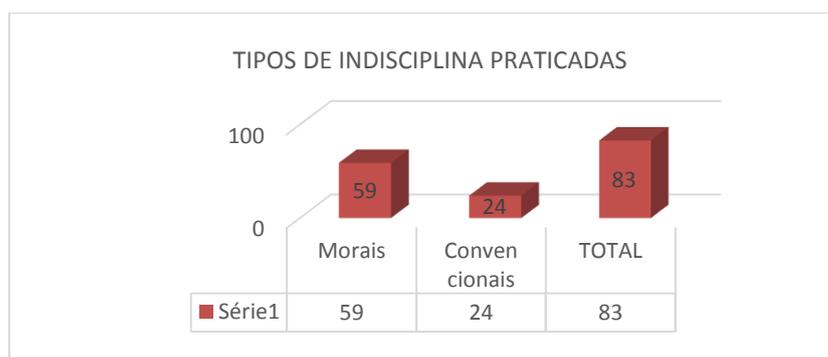
Gráfico 1- Total de ocorrências de indisciplina entre os alunos pesquisados entre os meses de fevereiro a agosto de 2015.



Fonte: Miralha, 2015.

Os registros em menor quantidade foram nove, cinco envolvendo o sexo masculino e quatro do sexo feminino. Entre esses registros estão, uso de uniforme inadequado (shortcurto), atrasos no horário de entrada e uso de celular na sala de aula.

Gráfico 2- Total de ocorrências morais e convencionais entre os alunos pesquisados nos meses de fevereiro a agosto de 2015.



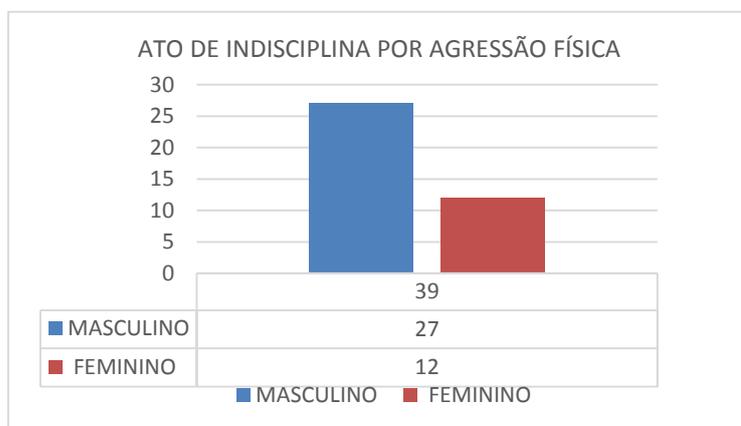
Fonte: Miralha, 2015.

Perturbar colegas que realizam atividades aparece com dezesseis registros, onze meninos e cinco meninas. A agressão verbal envolve onze alunos, destes seis são meninos. Outra ocorrência significativa é a falta de ética, a intriga entre colegas, com nove registros, predominando o masculino com cinco ocorrências. A faixa etária dos alunos pesquisados está entre dez e treze anos.

4.2 A percepção e a categorização da indisciplina na rede de atendimento e o processo da indisciplina na compreensão dos responsáveis pelo aluno

Dos dados quantitativos dos tipos de indisciplina, a agressão física é a que mais indica a chamada dos responsáveis pelos alunos até a escola. Sobre esses dados verifique os gráficos abaixo.

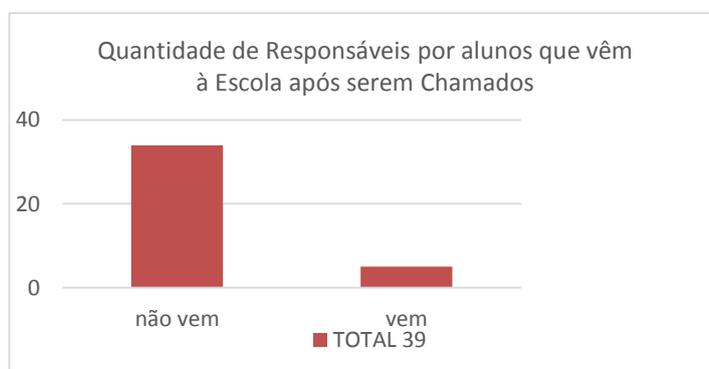
Gráfico 3- Quantidade de indisciplina por agressão física contra colegas entre meninos e meninas nos meses de fevereiro a agosto de 2015.



Fonte: Miralha, 2015.

Entretanto, são apenas cinco registros de comparecimento de pais ou responsáveis na escola, para um universo de trinta e nove ocorrências, consideradas mais contundentes, entre as de maior incidência.

Gráfico 4 Quantidade total de pais ou responsáveis que vem à escola responsabilizarem-se após ato de agressão física praticada por aluno entre os meses de fevereiro a agosto de 2015.



Fonte: Miralha, 2015

A indisciplina é mais um problema que deve ser enfrentado pela escola e família. Os responsáveis pelos alunos indisciplinados, precisam de alternativas, orientações, resoluções de suas dificuldades e principalmente que as crianças tenham bom rendimento. Estabelecer o diálogo, criar estratégias de aproximação da comunidade escolar é o caminho para restabelecer o equilíbrio nas relações relativas a indisciplina.

Esses dados demonstram a banalização da violência e o descaso da família. Neste contexto, fica a escola realizando ações desconectadas com os atores, que deveriam ser principais interessados na resolução dos problemas. A rede de atendimento que deveria fazer as intervenções não tem profissional, em todas as áreas necessárias para resolver essas demandas. Não pode se fazer diagnósticos, pois, há carência de informações e serviços.

A concepção de disciplina e indisciplina difere muito, entre a comunidade escolar, principalmente para as famílias dos alunos envolvidos nas ocorrências de indisciplina. A família de 3M, demora a atender a equipe diretiva da escola, e quando atende, não aceita os argumentos, dificultando o diálogo com as profissionais do serviço de orientação educacional. Na ata número dezesseis do ano de dois mil e quinze, foi solicitado uma avaliação psicológica para o aluno e recusada pela responsável do mesmo. Constatado que, se tivesse um assistente social atendendo a escola, o elo família e escola poderia ser refeito.

Na entrevista em anexo com a Conselheira Tutelar, foi questionado se os alunos encaminhados ao Conselho Tutelar tinham a devolutiva e o acompanhamento junto da escola. Em resposta afirmativa, ainda acrescentou que os alunos são encaminhados a um psicólogo e que o atendimento era de no mínimo três meses, entre uma consulta e outra, mas que ultimamente o serviço não vinha sendo feito por falta de combustível nas viaturas, e que estavam sem telefone e internet.

Feita a mesma indagação, por questionário em anexo, para a Orientadora Educacional, ela afirma que não tem tempo para devolutiva, junto ao Conselho Tutelar, pelo excesso de demandas e que encaminha as fichas sem receber o retorno.

Do dia dezenove de fevereiro até doze de agosto do ano de dois mil e quinze, solicitei em três oportunidades o acompanhamento de diligência da Orientadora Educacional, da Conselheira Tutelar, ocasião que pude acompanhar as intervenções. Na primeira diligência, não foi encontrada a família no endereço procurado. No lugar, tinha ruínas de uma casa destruída pela enchente. Como era próximo do meio dia e o atendimento era apenas pelo turno da manhã, nada foi feito.

Na segunda visitação, depois de pedir várias informações, foi encontrada a casa do aluno procurado. O imóvel estava em situação de conservação precária, fechada, mas com os moradores ignorados. A conselheira comentou que “esta casa já tinha que ter sido visitada por um Assistente Social”. Na última saída, encontramos o morador e a aluna, já matriculada e frequentando outra escola.

Na oportunidade de conhecer o trabalho do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Boa Vista, fiz as perguntas em anexo no final do artigo. Procurei conhecer o serviço, as intervenções e se atendiam a escola José Francisco Pereira da Silva. A Assistente Social afirmativamente confirmou o atendimento aos alunos da escola, entretanto, falou que as devolutivas do atendimento, eram apenas para o promotor e que a partir daí não sabia mais nada.

Para planejar e realizar ações, a equipe do CRAS precisa articular ações e demandas identificadas a partir da Escola, nos domicílios, nos atendimentos individuais, dentro da comunidade escolar. Conhecer a realidade é o elo que falta em nosso município. O CRAS está inócuo à espera do usuário.

O Serviço de Orientação Educacional nunca entrou em contato com os profissionais do Centro de Referência em Atendimento Social (CRAS) Boa Vista. Todas as Fichas de Encaminhamento são mandadas diretamente para a promotoria, que não faz a devolutiva, importante na condução do problema com a indisciplina na escola.

O professor e a escola enfrentam concorrentes cada vez mais ágeis e competentes, na função de ensinar valores. A mídia e o sistema capitalista, cada vez mais exigente, pelo lucro, esquecem do ser humano, coisificando o. O trabalhador é exigido cada vez mais, precisa agregar mais saberes para manter seu trabalho. Não basta mais dominar o conhecimento cognitivo, mas saber usá-lo. Manter o tempo todo, alunos atentos e interessados, requer muita criatividade, trabalho coletivo, envolvimento do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina na sala de aula ultrapassa as fronteiras da educação e das burocracias políticas governamentais. Parrat (2011, p.107) questiona: “Quais são algumas das transformações sociais?” O aluno está cada vez mais questionador. Na família e na escola a autoridade repressiva é questionada, quanto a sua capacidade de mudar a realidade e impor

valores. A influência da mídia na formação do caráter das crianças e dos adolescentes, desafia as instituições civis. Os recursos eletrônicos da internet, as redes sociais, são utilizadas, para conhecimentos banais e não para a pesquisa. A imagem do educador, ao perder o monopólio como transmissor de conhecimento entra em processo degradante, pois visualiza o aumento dos casos de indisciplina, sem ter uma resolução.

O sistema produtivo trabalha cada vez mais em rede, e na contramão estão à escola e o professor, preocupados com seu planejamento, com seus subjetivismos, esquecendo que existe uma rede de serviços, onde a educação também é parte. E que os conflitos e consequências da indisciplina, serão resolvidos se a concepção de trabalho for coletiva. A partir do momento que a rede de atendimento atender os alunos vislumbrando as necessidades individuais de cada família, pode se ter uma luz no fim do túnel na questão da indisciplina escolar e vislumbrar uma esperança de melhorar o nível da qualidade da educação. E para que esses atendimentos aconteçam devemos ter uma equipe multiprofissional, completa na escola.

Não se concebe lidar com indivíduos cada vez mais problematizados, com uma rede de serviços, sem ter todos os profissionais treinados e altamente capacitados. Dos quarenta e dois alunos pesquisados, nas turmas sexto ano laranja e o oitavo ano azul, sete foram reprovados e vinte aprovaram com notas entre cinquenta e sessenta, sendo que a nota mínima para aprovar é cinquenta. Sessenta e quatro por cento dos alunos, reprovaram ou tiveram baixo aproveitamento e todos os alunos que aparecem na pesquisa de indisciplina estão inclusos em baixo rendimento.

ABSTRACT

This scientific article sought to know the concept of school discipline and lead a different perspective on this issue. The records of indiscipline that has taken place at the Municipal School José Francisco Pereira da Silva Uruguaiana - RS, has been seen as a problem that prevents a better academic performance. In order to make an analysis of the cases registered in school, sought to meet their training. By bringing this knowledge, it discovered that the community that created the school is formed mostly by people concerned about the educational development of their children. By revealing the school's history, you can understand with an anthropological look, the people involved in its creation. And from there, to understand the rules established by the school and community and acts of indiscipline. The search ends bringing a comparison of the collected information and references that show the need to review some concepts related to indiscipline and inability to cope with the limits throughout the

community. All search paths point to the need to improve the service network and its importance to ensure the best quality, and the students remaining in school.

Keywords: School indiscipline; Service network; Pedagogical guidance.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. **Colégios e regras de estudo no sistema jesuítico de Educação**. Série- Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande-MS, n. 31, p. 225-244, jan. /jun.2011. Disponível em: <http://www.serieestudos.ucdb.br/index.php/serieestudos/article/viewFile/147/254>. Acesso em 02 julho de 2015.

BRASIL, 2012. **Política Nacional de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/PNAS.pdf/view> Acesso em 02 de julho de 2015.

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas** - 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

Correio Brasiliense, 2015. Artigo intitulado: **PESQUISA RELEVA QUE O BRASIL TEM O MAIOR ÍNDICE DE INDISCIPLINA EM AULA**. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_educacaobasica/2015/03/11/ensino_educacaobasica_interna,475092/pesquisa-releva-que-o-brasil-tem-o-maior-indice-de-indisciplina-em-aul.shtml Acesso em 15 de março de 2016.

Dossiê Antropológico da Escola José Francisco Pereira da Silva. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pibid2009/files/2012/12/DOSSI%C3%8A-Jos%C3%A9-Francisco.pdf> acesso em 13 de março de 2016.

Escola Municipal de Ensino Fundamental José Francisco Pereira da Silva. **Projeto Político Pedagógico/2008** modificado em 2015. Uruguaiana-RS.

PARRAT DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 2011.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Livros de ocorrência: (in) disciplina, normalização e subjetivação**. São Paulo: Cortez, 2007.

Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social** – CREAS Brasília, 2011 Gráfica e Editora Brasil LTDA

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina & violência nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 6ª Ed, 2012.

SILVA, César Augusto Alves da. **Além dos muros da escola: As causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos.** Campinas, SP: Papyrus, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente.** São Paulo: Cortez, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: Construção da Disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** São Paulo: Libertad, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS.** Cortez, 2004.

APENDICE A -Questionário ao profissional Orientador Educacional

Perguntas realizadas a orientadora educacional da escola José Francisco Pereira da Silva, com o fim de entender o procedimento em relação aos atos de indisciplinas cometidos pelos alunos.

- 1- Qual o procedimento da equipe de orientação educacional em relação a indisciplina na escola?
- 2- Quanto aos alunos encaminhados ao Conselho Tutelar: Qual o procedimento do Conselheiro? Existe retorno do Conselho Tutelar para o acompanhamento?
- 3- Qual o caminho entre a escola e o atendimento psicológicos, quando os alunos são encaminhados para atendimento, quanto tempo demora para realização? Existe retorno desse atendimento à orientação escolar?
- 4- Quando um caso de aluno é enviado a promotoria, o serviço de orientação educacional, recebe instruções sobre o processo e procedimentos em relação ao aluno?
- 5- Quais os critérios utilizados para o encaminhamento da situação ao Conselho Tutelar?

APÊNDICE B- Questionário realizado com profissional Conselheira Tutelar

Perguntas realizadas a profissional do Conselho Tutelar responsável pelo acompanhamento da escola José Francisco Pereira da Silva, com o fim de entender o procedimento em relação aos atos de indisciplinas cometidos pelos alunos e a rede de atendimento.

1- Como está organizado o Conselho Tutelar, em relação aos recursos físicos?

2- O Conselho trabalha em rede com a escola?

3- Quando a escola encaminha alunos para o Conselho Tutelar, quais os procedimentos adotados?

APÊNDICE C- Perguntas a Profissional do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) - (assistente social)

Perguntas realizadas a profissional do Centro de Referência em Assistência Social responsável pelo acompanhamento da comunidade em que faz parte a escola José Francisco Pereira da Silva, com o fim de entender o procedimento em relação aos atos de indisciplinas cometidos pelos alunos e o funcionamento da rede de atendimento.

1-Como funciona o Centro de Referência em assistência Social?

2- Qual o procedimento do CRAS, frente aos encaminhamentos oriundos da escola?

3- Qual a função do CRAS, frente a escola?

4-Quanto tempo leva para serem atendidos? Qual o acompanhamento dado ao processo?